Projeto de Voto n.º 108/XVII/1.ª

De condenação pela expulsão das delegações da Agência LUSA e RTP e pela repressão à liberdade de imprensa na Guiné-Bissau

A liberdade de imprensa é um dos alicerces essenciais de qualquer democracia e uma condição indispensável para a existência de sociedades abertas, informadas e capazes de exigir a responsabilização dos seus governantes. Está consagrada na Constituição da Guiné-Bissau, na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e em inúmeros tratados internacionais de que a Guiné-Bissau é parte.

Apesar dessas obrigações, o regime do Presidente Umaro Sissoco Embaló tem vindo, de forma sistemática e cada vez mais descarada, a violar este princípio. O seu mandato é marcado por perseguições políticas, intimidação e violência contra jornalistas, instrumentalização das instituições judiciais e repressão de qualquer forma de oposição política ou social.

No dia 27 de julho de 2025, o jornalista e delegado da RTP na Guiné-Bissau, Waldir Araújo, foi brutalmente agredido e assaltado no centro de Bissau, num ataque que, segundo declarações dos próprios agressores, teve motivações políticas. As acusações de que a RTP estaria a "denegrir a imagem da Guiné-Bissau no exterior" foram o pretexto para um ato violento que deixou o jornalista com ferimentos visíveis e abalou profundamente a comunidade jornalística.

Longe de constituir um incidente isolado, este episódio insere-se num padrão de hostilidade aberta e persistente contra a comunicação social independente. Em julho de 2024, o Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau (SINJOTECS) apelou publicamente a um boicote total às declarações do Presidente, após anos de insultos, humilhações e linguagem grosseira dirigidos a jornalistas. Um dos momentos mais degradantes registou-se numa conferência de imprensa improvisada,

em que Embaló recorreu a expressões sexualmente insultuosas para responder a uma pergunta legítima sobre a marcação de eleições presidenciais, comportamento indigno e incompatível com a chefia de Estado.

A 15 de agosto de 2025, o Governo guineense elevou o ataque à liberdade de imprensa a um novo patamar ao decretar, sem qualquer justificação plausível, a expulsão imediata das delegações da Agência Lusa e da RTP, e a suspensão das suas emissões (RTP África e RDP África) no país. Esta decisão, além de arbitrária e incompatível com as obrigações constitucionais e internacionais assumidas pela Guiné-Bissau, constitui um ato claro de censura e de retaliação política, que visa silenciar vozes independentes, impedir a divulgação de informação livre e privar os cidadãos guineenses de contacto com meios de comunicação credíveis.

As agressões e expulsões de jornalistas não podem ser vistas de forma isolada. Fazem parte de um cenário mais amplo de deterioração da democracia na Guiné-Bissau. Organizações de cidadãos e movimentos da diáspora, como o *Firkidja di Púbis*, têm denunciado a repressão interna: perseguições políticas, raptos e espancamentos de opositores, assaltos armados a sedes partidárias e redações, e uma crescente concentração de poder em torno do Presidente. Tais práticas configuram uma clara deriva autoritária e a erosão deliberada das liberdades conquistadas com esforço pelo povo guineense.

A presidência guineense da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deveria ser uma oportunidade para fortalecer os valores da democracia, da liberdade e da cooperação entre Estados irmãos. Em vez disso, tem sido utilizada por Umaro Sissoco Embaló como plataforma de legitimação internacional, ao mesmo tempo que aproxima o país de regimes autoritários como a Guiné Equatorial — cuja candidatura à presidência da CPLP foi ativamente promovida por Bissau, apesar da oposição firme de Portugal,

Brasil e Timor-Leste — e reforça laços com a Federação Russa de Vladimir Putin, a quem o Presidente guineense chegou a prometer "aliança permanente".

Este alinhamento externo com ditaduras e potências hostis aos valores democráticos não é apenas um problema de política externa da Guiné-Bissau; é um reflexo direto da sua governação interna. As mesmas práticas de censura, intimidação e repressão aplicadas a jornalistas e opositores no país são coerentes com a aproximação a regimes que fazem da restrição das liberdades uma política de Estado.

A Assembleia da República de Portugal não pode permanecer indiferente perante este ataque frontal à liberdade de imprensa, nem aceitar que, em pleno exercício da presidência da CPLP, um Estado-membro expulse jornalistas e recorra à violência e à censura como instrumentos políticos.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária:

1. **Condena veementemente a expulsão das delegações da Agência Lusa e RTP da Guiné-Bissau, e encerramento das emissões da RTP África e RDP África, considerando estes atos como ataques diretos à liberdade de imprensa e à democracia.**

2. **Repudia o padrão reiterado de insultos, intimidação e violência contra jornalistas por parte do Presidente Umaro Sissoco Embaló e das autoridades guineenses, incompatível com os valores democráticos e com o estatuto de membro da CPLP.**

3. **Exige a revogação imediata da decisão de expulsão dos órgãos de comunicação social portugueses e o respeito integral pela liberdade de**

imprensa e de expressão na Guiné-Bissau, garantindo a segurança dos profissionais de comunicação social no exercício das suas funções.

4. **Apela à CPLP, à União Europeia e às Nações Unidas para que adotem medidas concretas contra responsáveis por estas violações graves e sistemáticas de direitos fundamentais.**

5. **Reafirma que a presidência da CPLP deve estar condicionada ao cumprimento rigoroso dos princípios fundadores da organização, não podendo servir para legitimar ou branquear regimes que os desrespeitam.**

Palácio de São Bento, 15 de agosto de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Rodrigo Saraiva

Angélique Da Teresa

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Jorge Miguel Teixeira

Mariana Leitão

Mário Amorim Lopes

Miguel Rangel

Rui Rocha